



Anais da Assembléia

Nº 170

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 05 DE JANEIRO DE 1978.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

ATA DA 260ª SESSÃO ORDINÁRIA

(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 05 DE JANEIRO DE 1978

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli e Augusto Carneiro.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jorge Sato, Jayme Rodrigues Carvalho, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pie-trângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS.

Sob os nos. 234/77, 246/77 e 259/77, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei números:

129/77 Do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a Província Cristo Redentor, da Congregação das Irmãs Franciscanas de São José, com sede nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o no. 6962. — AGRADEÇA-SE.

132/77 Do Poder Executivo, encaminhando Anteprojeto de Lei Orçamento Programa Anual do Estado, para o exercício de 1978, o qual convertido em Lei tomou o no. 6963. AGRADEÇA-SE.

114/76: Do Sr. Deputado Paulo Camargo, que cria no Município de Altônia, os Distritos Administrativos de São João e Jardim Paredão, com sede nas localidades dos mesmos nomes e divisas que especifica, o qual convertido em Lei tomou o no. 6964. — AGRADEÇA-SE.

REQUERIMENTOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, dispensa de publicação de Redação Final dos Projetos de Resolução nos: 01/78, 02/78 e 03/78.

Sala das Sessões, em 05 de janeiro de 1978,

(a) AUGUSTO CARNEIRO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ MARIA PINTO, funcionário público municipal aposentado, da cidade de Apucarana, neste Estado, ocorrido em data de 02 do corrente, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão desta Casa, dê-se conhecimento à família enlutada, residente nesta Capital.

Sala das Sessões, em 05 de janeiro de 1978.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

JUSTIFICATIVA:

O voto de pesar que ora apresentamos, visa pela última vez homenagear um dos fundadores de Apucarana, o qual prestou relevantes serviços àquela cidade, quer como cidadão, quer como funcionário municipal, deixando o testemunho do seu trabalho, durante os vários anos que ali conviveu.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. LUIZA HOBI, ocorrido em União da Vitória. Pessoa bem relacionada e estimada na cidade.

Outrossim, após aprovação do mesmo, solicita seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de janeiro de 1978.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja inscrito na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações à Associação Paulista de Medicina, pela sugestão ao INPS de mudança no sistema de pagamentos das contas médico-hospitalares.

Sala das Sessões, em 05 de janeiro de 1978.

(a) PAULO CAMARGO

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paulista de Medicina, encaminhou moção, aprovada por unanimidade na sua última Assembléia de Delegados, ao Superintendente Regional do INPS de São Paulo, no sentido de que "todos os casos rotulados como complicados sejam remetidos diretamente para o sistema de análise manual", diminuindo, destarte, os atrasos nos pagamentos dos serviços prestados pelos hospitais contratados.

O Jornal da Associação Médico Brasileira (JAMB) transcreve, na íntegra, o documento:

"A Assembléia de Delegados da Associação Paulista de Medicina, considerando que:

1. o sistema de computação eletrônica posto em prática pelo INPS para o pagamento das contas médico-hospitalares, tem rejeitado considerável número das mesmas, muitas das quais, submetidas ao sistema de correção manual, são pagas meses depois;
2. a internação dos pacientes é avalizada pelo coordenador regional, e o período de hospitalização fiscalizado pelo supervisor, ambos funcionários do órgão previdencial;
3. de acordo com as justificações da autarquia, a maioria das

rejeições deva-se a internações desnecessárias, permanência hospitalar prolongada, medicações supérfluas e exames subsidiários dispensáveis;

4. os computadores são programados por inexcedíveis modelos padronizados em função de doenças e não de doentes;

5. a operacionalização do método - computador/rejeição/correção manual/pagamento - acarreta atrasos de meses, gerando angustiantes dificuldades administrativas para os nosocômios e o caos econômico para grande parte da classe médica, pede vênha para sugerir:

Que todos os casos rotulados como "complicados", sejam remetidos diretamente para o sistema de análise manual, desde que, devidamente rubricados pelos coordenadores e supervisores regionais.

Parece-nos que desta forma o INPS estará reconhecendo, de fato, a autoridade dos seus prepostos e, simultaneamente, corrigindo a injustiça cometida contra aqueles que, participando do sistema de medicina assistencial vigente, dão o melhor dos seus esforços em prol do objetivo máximo de seu trabalho: o paciente".

Requer outrossim, que da decisão seja dado conhecimento ao Sr. Presidente da Associação Paulista de Medicina, sediada em São Paulo - SP.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não tem sido do nosso estilo trazer à Casa denúncia contra irregularidade disciplinar de um funcionário público do Estado. Mas, quando o fato envolve, além da pena disciplinar, crime contra a Justiça Pública, contra a Fazenda Pública, a nossa consciência não pode calar.

Itapejara d'Oeste tem sido palco de uma irregularidade que não pode ficar - ao menos por esta Casa de Leis - ignorada.

Tramita na Delegacia de Crimes contra a Fazenda Pública, inquérito policial em que ficara como indiciado o agente de Rendas de Itapejara d'Oeste, Sr. Antônio Zair Stier, pois esse exator é proprietário de uma firma Indústria Madeireira Camboatã Ltda., recebeu procuração, por instrumento público do Cartório do Sr. Luiz Pereira, para gerenciar essa firma. E esse exator, em dezembro de 1975, adulterou notas fiscais, pondo determinado valor na 1ª via e outro valor na 2ª via, a fim de que a Fazenda Pública fosse lesada.

Cometendo assim, não apenas um crime de sonegação de impostos, mas também de falsificação documental.

A 14a. Delegacia Regional da Fazenda lavrou auto de infração ainda em julho de 1976, e até agora, passado quase um ano e meio, nenhuma providência foi tomada pela Secretaria de Finanças de nosso Estado.

Ora, o Estatuto do Funcionário Público exige que, quando uma infração envolva também a existência de crime, deve ser autuado, na ordem administrativa, através de inquérito administrativo e na ordem da justiça pública através de inquérito policial.

O que é de lamentar, é que a polícia, normalmente nesses casos é que mais repara, está desenvolvendo e processando esse inquérito. E a autoridade administrativa, no caso a Secretaria da Fazenda, mostra-se omissa.

Por isso, Sr. Presidente, formulamos um pedido de informações à Secretaria da Fazenda para que informe, e se não puder informar, com a documentação que estamos juntando, tenha conhecimento e possa tomar as providências que o caso requer.

O nosso pedido de informações está vazado nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer manifestação do Plenário para endossar o seguinte pedido de informações ao Exmo. Sr. Secretário das Finanças do Estado do Paraná:

1. A Secretaria de Finanças foi noticiada de irregularidades cometidas pelo funcionário Antônio Zair Stival, lotado na Agência de Rendas de Itapejara d'Oeste, em caso positivo, qual a data do recebimento desta comunicação.

2. Foram adotadas providências disciplinares, em caso positivo, quais e em que data, bem como o resultado das providências adotadas ou a fase em que se encontram.

3. Tem conhecimento a Sec. de Finanças que referido servidor em data de 01/04/75, recebeu procuração por instrumento público, outorgado às fls. 82, livro 9 do Tabelionato de Itapejara d'Oeste, com poderes limitados, para ser procurador da firma Indústria Madeireira Camboatã Ltda. - IMATO.

Sala das Sessões, em 05 de janeiro de 1978.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Não tem sido de nosso estilo, trazer a Plenário assuntos de ordem disciplinar que envolvem serventuários públicos. Premido, porém, por dever de consciência e até em defesa do elevado interesse público, trago ao conhecimento da Casa, uma irregularidade que atenda aos bons princípios da moralidade administrativa e contraria, flagrantemente, a legislação tributária e penal. A injustificada demora para a punição de um serventuário faltoso justifica vênha a Casa a ser chamada a opinar. Vejamos a sequência dos fatos, uma a uma apreciação imparcial dos mesmos:

O Chefe da Agência de Rendas de Itapejara d'Oeste, tinha participação da firma IMATO — Ind. Mad. Camboatã Ltda., sediada em Itapejara d'Oeste. A partir de 01/04/75, recebeu da referida firma a incumbência de ser seu procurador, com poderes "amplos, gerais e ilimitados para o fim especial de representar a firma em todas as repartições bancárias, estaduais e federais", vale dizer, passou a exercer a gerência da firma. Neste período, ou seja, quando o Sr. Antônio Zair Stival desempenhava as funções de gerente, referida firma, cometeu crime de sonegação fiscal e falsificação documental, tudo conforme se pode depreender do inquérito policial que tramita na Delegacia de Crimes Contra a Fazenda Pública e pelos autos de infração fiscal de no. 3163590-5, e 3149709-0, da 14a. DRF, lavrados em 26.07.76. Em data de 22.06.77, o funcionário foi interrogado no inquérito policial e ao que se sabe até o momento, nenhuma medida de ordem administrativa disciplinar foi tomada contra o mesmo, em que pese ser do conhecimento do fato das autoridades fazendárias, principalmente porque houve comunicação formal da Delegacia de Crimes Contra a Fazenda Pública há mais de seis meses.

Ora, a irregularidade é por demais grave para que se possa calar. No mínimo o referido funcionário deveria estar afastado daquela agência de rendas porque é autor de crime contra a fazenda pública e até de falsificação documental, ao preencher nota fiscal com valores diversos da primeira e segunda via, a fim de sonegar impostos, favorecendo firma de sua propriedade.

O Estatuto do Funcionário Público, expressamente veda ao agente de rendas ser proprietário de firma industrial ou comercial (art. 209), bem como constituir-se em procurador de parte interessada nas repartições fazendárias. Por outro lado, além do crime de sonegação fiscal, caracterizado com a apreensão das notas fiscais adulteradas, tipificou-se crime de falsificação de documento público, vale dizer, envolvendo a Justiça Pública como diretamente interessada.

Ora, as medidas disciplinares devem ser tomadas concomitantemente com as de ordem policial (art. 241), todavia a mais de ano do conhecimento do fato, ou ano e meio para ser preciso e nenhuma medida foi tomada. Para que se restabeleça a moralidade na Agência de Rendas de Itapejara d'Oeste, solici-

ta-se o pedido de informações, que vale também como denúncia do fato”.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Fidelcino Tolentino. (Pausa) Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Pausa) Havendo declinado concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Como toda a Casa sabe, mantenho um programa radiofônico na Rádio Independência da Capital. E ali tenho atendido solicitações de tantos quantos me escrevem, solicitando a nossa interferência pessoal, para tentar corrigir aquilo que está errado na administração pública.

E, recebemos o mês passado, uma carta assinada por Joel Jeremias de Vasconcelos da Silva, onde ele, entre tantas queixas com relação ao serviço público, se fixa numa mais contundente contra a Copel, acusando a Copel de não dar muita atenção na leitura dos medidores do consumo de energia elétrica, usando o chamado “chute” que tanto vem prejudicando os consumidores de energia elétrica na Capital.

Bem como, criticando o sistema adotado pela Copel, que teve uma repercussão negativa junto à população curitibana.

Bem, antes de trazer aquele problema à Assembléia Legislativa, fiz uma crítica, a meu ver construtiva, à Direção da Copel, com relação às reclamações que me foram enviadas por parte do Sr. Vasconcelos.

Entretanto, parece que assim não compreendeu o Sr. Engenheiro Arthur Andreolli, Diretor Presidente da Copel, e me manda uma carta que eu considero entre atrevida e irônica, e que eu não posso, absolutamente, aceitar em seus termos, quer como comentarista de rádio, quer como representante do povo nesta Casa. Porque eu acho que, acima de tudo, a qualquer cidadão, deve o poder público tratar, pelo menos com cortesia.

E, as respostas irônicas a meu ver, dadas pelo Sr. Andreolli não as devolvo, apenas acho que os considerandos da carta não me afetam. Mas também não chegam e nem rebatem a essência das críticas por mim feitas.

O Diretor Presidente da Copel começa por negar que a empresa está montando um novo esquema de cobrança de tarifas. E que a armação do novo programa está já causando problemas aos consumidores de energia elétrica de Curitiba. Ele afirma na sua carta que a Copel está apenas reorganizando o percurso para a leitura dos medidores. Que o percurso antes usado, com o crescimento da cidade, tornou-se obsoleto e inviável.

Então, este a meu ver, não altera em nada o que eu disse. Eu falei em novo sistema de cobrança; o Presidente da Copel fala em novo percurso para a leitura dos medidores. Eu pergunto então, qual a diferença entre as duas coisas? Para que finalidade os funcionários da Copel lêem os medidores das nossas casas? Para tirar palpite do jogo do bicho? Acho que não. Eles lêem os nossos medidores para saber que dezena e que centena e que milhar devem jogar no bicho? Também acho que não. A leitura dos medidores tem a finalidade de saber quanto de energia elétrica consumimos. Para daí então, a Copel efetuar a cobrança.

Então eu pergunto: Está ou não está sendo reorganizado o sistema de cobrança da Copel. Eu gostaria que o Sr. Presidente da Copel respondesse objetivamente esta pergunta.

2a. questão: — O Sr. Arturo Andreolli não nega que a Copel, durante o tempo em que o novo percurso estava sendo montado, algumas contas foram acumuladas num só mês. Quer dizer, enquanto o novo percurso de leitura dos medidores não era implantado, muitos consumidores pagaram num mês a conta de dois meses.

Entretanto, o Sr. Presidente da Copel não toca numa questão que eu levantei, no interesse do consumidor. Para os tecnocratas da Copel, que estão sentados nos seus gabinetes acarpe-

tados, nas suas poltronas macias, com altos vencimentos, efetivamente não podem ter a sensibilidade que deve ter um homem público.

O Sr. Presidente da Copel não teve, ao implantar o novo sistema, a sensibilidade de verificar que o assalariado que ganha até 3 salários mínimos, não pode se dar ao luxo de financiar a Copel, de pagar, por adiantamento, dois ou 3 meses de hipotético consumo. No interesse do consumidor, a Copel jamais pensou.

Uma conjuntura como a que vivemos, todo mundo mantém as suas finanças em guarda, sob vigilância, principalmente o povo, que é a grande massa dos consumidores de energia da concessão da Copel.

Mas, infelizmente, a Diretoria da Copel não sentiu esse drama, porque esse drama afeta o povo, e para eles, “ora o povo”; o povo que vá às favas.

Terceira questão que o Sr. Arturo Andreolli, com todo o seu linguajar ironizante não explicou, que é a questão do chute. Eu falei aqui que a Copel nem sempre lia os medidores, que, às vezes a Copel chutava a quantidade de luz consumida. O Diretor Presidente da Copel também não nega isso, confirmando. Ressalta que o chute é sempre por baixo, pelo mínimo, e ele disse que quem sempre leva o prejuízo, é a Copel.

Agora, o que ele não nega, é a recíproca.

Ele não nega que, o chute, às vezes, pode ser acima do que o consumidor realmente gastou. Tanto é assim que ele diz textualmente na sua carta: “Essa ação acarreta dissabores para ambas as partes, mas esquece novamente, o Sr. Arturo Andreolli, que ele dirige uma empresa pública. Para ele tanto faz essa empresa ter lucro ou prejuízo.

Então, o que ele não pensa é no povo. O chute na leitura do medidor acarreta dificuldades para o consumidor de energia elétrica. E eu faço essas críticas, porque realmente a Copel tem deixado muito a desejar com relação ao atendimento público em Curitiba.

A quarta questão que eu levantei e que me responde o Sr. Andreoli, é quanto aos aumentos. Então, o Sr. Andreoli diz que “o aumento das tarifas de energia elétrica é coisa de competência ao Ministério de Minas e Energia, e que o aumento é feito uma vez por ano”.

Claro, eu sei, eu não contesto, mas o que eu quis dizer foi outra coisa, foi que o chute, dado pelos leituristas da Copel, se for superior ao consumo, há na prática, um aumento de tarifas, que a Diretoria da Copel jamais poderá negar. Porque, se o leiturista vai lá e dá um chute para cima, é evidente que o consumidor vai pagar aquele mês mais, vai financiar a Copel, o que não está correto, e foi aí que eu perguntei se a Copel tinha autorização legal para assim proceder.

E a última questão, eu perguntei com relação às multas. Perguntei se a Copel tinha apoio legal para multar as contas em atraso em 10 por cento.

Ele me responde que sim, e me dá, inclusive, o número da portaria que autoriza a multa.

E daí, eu pergunto: o fato de existir o apoio legal, diminui a exorbitância da multa? E os 10 por cento ficam menores só porque o Governo permite isso?

Eu mantenho a crítica que fiz à Copel, e, por extensão, ao Governo Federal, que permite que se roube o povo dessa maneira, porque o atraso de um dia acarreta 10 por cento de multa no total das contas de luz, o que é pura agiotagem, porque quem cobrar mais de 12 por cento de juros ao ano vai para a cadeia. No entanto, os órgãos do Governo cobram 10 por cento ao dia de atraso, por um dia de atraso. E existe uma portaria legalizando o assalto.

Aliás, os órgãos públicos cada dia mais se distinguem em operações financeiras deste tipo, onde os juros, as taxas cobradas se rivalizam com as taxas e juros de um agiota qualquer. Eu falei também no meu comentário sobre a ostentação, o luxo

do edifício da Copel, dizendo que a Copel se dá ao luxo de manter, inclusive, ascensoristas em traje de rigor e de luvas. Tudo cheira ao luxo na Copel, e quem paga é o povo, porque a tarifa é alta, porque os juros são extorsivos, e o Sr. Presidente da Copel faz um convite para que todos, imprensa, público em geral, visitem a instalação da Copel para ver se há luxo.

Bom, o convite está feito, só que eu aconselho que cada um prepare o smoking, o longo, a estola, limpe os pés, penteie os cabelos e vá visitar a Copel.

Falei também, ainda descrevendo o luxo da sede da Copel, sobre o paisagismo que agradabiliza o edifício e o Sr. Diretor Presidente da Copel, me responde, falando sobre as milhares de árvores que a Copel plantou e que planta no Paraná, todo. Se eu trouxe este assunto à Assembléia, é porque já houve pressão da Copel na direção da emissora em que faço comentário, para que não permitisse mais críticas às companhias por isto é que trago aqui a esta tribuna, que é livre, que é conferida pelo povo, e que não sofre pressão de lado nenhum.

Então eu pergunto ao Presidente da Copel, quando ele me disse que mandou plantar milhares e milhares de árvores em todo o Paraná, eu pergunto o que é que uma coisa tem a ver com a outra? O que é que o reflorestamento, ao qual ela está obrigada por lei, que é a proteção vegetal nos limites das hidrelétricas, tem a ver com o que eu falei? Todos sabem que a Copel está obrigada por lei a promover o reflorestamento. E nada mais faz do que repor o que ela mesma derrubou para construir suas usinas.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Vejo que V. Exa. está sendo pressionado, ou pelo menos; tem notícia da pressão aos comentários que V. Exa. faz na rádio, aliás, muito bem colocados. Acho que o representante do povo, e não só o representante, o jornalista, tem uma missão muito nobre de retratar os fatos que acontecem na sociedade, em todos os níveis. Então, se V. Exa. que está exercendo a função de jornalista, e é um Parlamentar, sofre pressão, ainda participando ou sendo do Partido do Governo, V. Exa. pode imaginar a avalanche de pressão que sofrem os emedebistas.

E é por esta razão que faço uma indagação a V. Exa.

Não sei se o Presidente desta Companhia tem poderes, atribuídos por alguém que está no poder, de fazer este tipo de pressão. Ou ele está por sua própria vontade, ou estaria fazendo pressão indireta por ordem do Governo. É de se indagar, e há uma preocupação porque se V. Exa. a esta altura, neste ano que se diz "ano político" já sofre um constrangimento, pelo menos psicológico, imagine V. Exa. o que possa ser no curso deste ano, quando ocorrerão as eleições.

Confesso-me preocupado com esta posição, Deputado. V. Exa. poderá esclarecer qual o tipo de pressão que V. Exa. está sofrendo para acautelar inclusive, os interesses da classe política?

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Respondo já a V. Exa.

V. Exa. faz uma indagação se estas pressões partiram do Presidente da Copel ou por ordem do Governo.

Respondo a V. Exa. Iniciativa exclusiva do Presidente da Copel. Porque eu tenho feito críticas e críticas contundentes a outros setores da administração estadual, sem que haja pressão de alguma espécie. Principalmente, por parte do Chefe do Poder Executivo.

Acontece que a pressão que a Copel faz é de ordem econômica, o veículo de comunicação que admitir críticas contra a Copel, sofre sanções de ordem econômica, evidentemente.

Está aí, acho que respondi a curiosidade de V. Exa.; agora, não se preocupe com isto, envolver o Governo. Porque até agora, nos meus comentários, eu não recebi, por parte do Governo do Estado, nenhuma pressão, em nenhum sentido. Lá tenho feito críticas à Sanepar, tenho feito críticas a outras empresas públicas, sem sofrer nenhum constrangimento; no

entanto, quando fiz esta crítica à Copel, fui avisado de que eu não poderia continuar fazendo comentários daquela natureza, com relação à Copel.

Agradeço o aparte de V. Exa., creio haver esclarecido a dúvida de V. Exa.

Agora, voltando ao problema de reflorestamento. Sr. Presidente, quando critiquei as vultosas importâncias gastas com paisagismo, embelezamento da sede da Copel, recebo a resposta, irônica, dizendo que eu, nos meus comentários, tenho sido um defensor intransigente do meio ambiente e, que ele via até com estranheza, o fato de eu criticar o paisagismo mandado fazer pela Copel, e cita o caso em que a Copel plantou milhares e milhares de árvores, em todo o Paraná.

Isto não é novidade, eis que as hidrelétricas estão obrigadas, por lei, a reflorestar, a substituir a mata derrubada em torno das hidrelétricas. Então, isto, não responde, absolutamente, a nossa crítica.

O que eu disse e o que eu volto a dizer, é que a minha crítica à Copel, eu considere construtiva porque eu acho que, mau político, mau membro de um partido, que dá apoio ao governo, é aquele que bate palmas a todos os erros, que não critica, que não mostra ao governo, o descontentamento do povo. Acho que um representante da coletividade numa Casa de Leis deve apontar as falhas, os erros da administração numa crítica elevada e construtiva, para que, corrigidos estes erros, possa o Governo, finalmente, desincumbir-se da missão que lhe foi confiada pelo próprio povo.

Por isto, nós não admitimos receber cartas, ainda mais em tom irônico e até mesmo atrevido, como a que recebemos do Sr. Presidente da Copel, uma administração que está, constantemente, sendo acusada de irregularidades, irregularidades que nós estamos procurando averiguar, estamos procurando coletar para, aí, vir a esta tribuna - se verdadeiras aquelas acusações - traçar um perfil da atual administração da Copel, no Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Esta Presidência consulta o Sr. Líder da Arena, se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Esta Presidência consulta o Sr. Líder do MDB, se deseja ocupar o espaço que lhe é reservado.

O SR. ENÉAS FARIA — Usará da palavra o Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O calendário político brasileiro tem alguns meses tradicionais e, assim é que, o mês de outubro, até há algum tempo atrás, era considerado o mês das eleições; o mês de agosto, todos nós sabemos, é o mês dos grandes eventos políticos desta terra; no mês de agosto, faleceu Getúlio Vargas, houve a renúncia de Jânio Quadros, e, sempre, o mês de agosto, é esperado com muita expectativa.

Agora, quando chegamos em 1978, mais um mês se insere no calendário político brasileiro - o mês de janeiro, e se insere, como o mês da farsa.

Realmente, estamos vivendo, antes do carnaval, verdadeira "farsa", que parece, dizem os jornais, findará hoje, com a indicação do futuro Presidente da República, "o novo príncipe herdeiro".

Mês de janeiro - mês da "farsa".

Estava eu a procurar, para fazer este pronunciamento, nos dicionários, o significado da palavra "farsa" - peça, como todos sabem, peça teatral que tem pequeno número de atores, chamados "farsantes", e a qual se caracteriza por rápidos diálogos e muito usada na Grécia Antiga para fazer ironia e desnudar os

chamados "réis", de então. Nessa procura, acabei lendo, no "O Estado de São Paulo", de ontem, um artigo que retrata exatamente, o que este Deputado pensa e, acredito, toda a classe política brasileira, e todos os cento e dez milhões de brasileiros que, mudos, estão a assistir o final desta farsa, como quem assiste o final de uma novela de TV, novelas essas nas quais, no primeiro capítulo, já se sabe quem é o mocinho, quem é a mocinha.

Por isso, para que conste dos Anais desta Casa, lerei o artigo do eminente jornalista Carlos Chagas, publicado no "O Estado de São Paulo", de ontem, e que tem um título significativo:

"DO AUTORITARISMO AO ABSOLUTISMO"

"Importa menos saber se está por horas ou por dias a indicação do General Figueiredo como futuro Presidente da República do que indagar, meio para os lados da perplexidade e da ironia, como ficam os que duvidavam a sério desse desfecho evidente do processo sucessório. Porque há muitos meses, quem sabe até há 2 ou 3 anos, nada parecia mais claro: — O chefe do SNI sempre foi o nome das preferências do chefe do Governo e, como tal, já era o 50º Presidente Revolucionário, mesmo nas horas em que Geisel acusava de vivandeiras os que ousavam presumir o óbvio ou apontar a nudez do rei. O rei está mesmo nu e, como ele, o seu príncipe herdeiro.

Na história da República, poucas vezes se tem assistido a um processo tão disforme, tão desligado da realidade nacional — e vale frisar que ficamos apenas na análise do processo, não do candidato ou de seu patrocinador. Figueiredo encontra-se no limiar da Presidência da República, sem que se possa dizer que é o candidato de um partido político, de um grupo social, sequer de um conciliábulo castrense. Muito menos do eleitorado. Assumirá o Governo, a partir de 1979, apenas porque o Presidente Geisel assim o deseja, ou alguém disporá de informações a respeito de sondagens, tomadas de opinião, consultas ou equivalentes, amplas ou restritas, que teriam redundado em seu nome?

O autoritarismo da Revolução transformou-se em absolutismo, de forma completa e integral. Ao monarca, perdão, ao Presidente da República, já era dado legislar como se legislativo fosse, cassar mandatos, suspender direitos políticos, alterar a Constituição, mutilar o panorama eleitoral, banir a opinião pública de qualquer participação. Agora, fechou-se o círculo: — Ele acaba de firmar doutrina também sucessória. Será Presidente quem o Presidente quiser, sem mais aquela, e o exemplo fica para o futuro, ainda que possa vir mascarado ou travestido de reformas políticas, salvaguardas ou o que seja.

Poderá o General Figueiredo até mesmo fazer um bom Governo, escolher excelente corpo de auxiliares, adotar iniciativas que atendam parte dos anseios da população. Mas ao assumir o poder sem a legitimidade natural dos Presidentes de verdade, nas Repúblicas de verdade, estará caracterizando a situação anômala de tantos anos. Fosse no teatro e não seria difícil rotular a peça como drama, tragédia, comédia, farsa ou pantomima. Como estamos na política, melhor será evitar adjetivos. Substantivamente, vale apenas indagar quem ou que entidade tão poderosa deu ao General Geisel a prerrogativa de se tornar não só o grande, mas o único eleitor do País?

A ARENA, partido supostamente majoritário, aguarda acomodar e subserviente que lhe digam qual é o seu candidato, para referendá-lo entre loas, evoés e alvíssaras sem grandeza. O chamado Sistema, desta vez, ficou à margem, pois a candidatura Figueiredo está sendo simplesmente participada aos altos comandos, através dos respectivos Ministros como decisão Presidencial. O colégio eleitoral obriga-se a não contrariar a diretriz do Olimpo, enquanto o eleitorado pobrezinho, nem mesmo vai ser chamado.

Essas coisas não acontecem impunemente, vale repetir, por maiores méritos ou por melhor governo que pretenda reali-

zar o candidato. Numa hora em que se fala, e apenas se fala, de reformas políticas de aprimoramento do regime, os fatos demonstram mais retrocesso, mais autoritarismo, mais absolutismo. Disporá o General Figueiredo, em seus longos 6 anos de mandato, de condições para conservar tamanha soma de poderes? E para tanto, não se obrigara a seguir ainda mais adiante onde o General Geisel vai tão longe?

Por isso se diz que o futuro Governo enfrentará problemas ainda mais difíceis do que o atual. E para superá-los não poderá atuar senão em termos mais absolutos que os de seu antecessor. Em matéria sucessória, involuimos, ou simplificamos cada vez mais. Castelo Branco se elegeu pelo consenso das forças político-representativas e das forças militares, ainda sem representação eleitoral direta. Costa e Silva chegou ao Palácio do Planalto através de uma imposição militar, mas explorada com inteligência na classe política. Garrastazu Médici, viu-se Presidente depois de uma eleição "sui generis", havida entre todos os oficiais-generais, das três corporações militares. Ernesto Geisel, além do apoio do irmão, Ministro do Exército, dispunha de um núcleo militar-intelectual de sustentação. Mas Figueiredo, agora, tem a respaldá-lo, apenas a voz e os desejos do Presidente atual. Para conquistar o País e a opinião pública, depois de haver conquistado o Poder (e até para mantê-lo), como fará?"

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, assisti emocionado ontem e hoje em programas de televisão, manifestações de políticos de São Paulo e em Brasília demonstrando expectativa com relação a reação do Plenário da Convenção da ARENA, se aclamará, se aceitará o nome indicado pelo Sr. Presidente da República, a fim de ocupar o Palácio do Planalto nos próximos seis anos, a partir de 1979.

E, sob o título "Falta só o ritual da aclamação", o jornal "O Estado de São Paulo", citado por V. Exa., em seu pronunciamento de hoje, de certa forma coloca a sucessão do Presidente Geisel da mesma maneira como era operado em 987 na Dinastia dos Capetos, quando Carlos, "o Capeto", mediante um entendimento com o Clero, estabeleceu o princípio "Rex Coronatus" e do "Rex Designatus", isto é, a Dinastia continuaria a ser exercida pelos Capetos e em compensação o Clero, através do Arcebispo de Reims gozaria de uma série de privilégios.

Felizmente, está o Clero brasileiro, mediante posições bem definidas, completamente ausente deste processo sucessório. Como também estão os empresários desta Pátria, como também estão, os estudantes deste País. Mas, o que mais lamentamos, é que ausente também estão aqueles, que por representarem o Partido que dá sustentação ao Governo, deveriam influir decisivamente na indicação destes nomes, mas como, de resto toda a Nação, o princípio se repete e ficou apenas no "Rex Coronatus" e "Rex Designatus".

Muito obrigado pela concessão do aparte.

O SR. DENI SCHWARTZ — Termine, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamentando que em pleno século 20 — talvez tenhamos de procurar um novo Deodoro, para proclamar a República, já que voltamos aos tempos do Império.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Faz soar os tímpanos). — V. Exa. tem dois minutos para concluir, eminente Deputado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Concluo, Sr. Presidente, lamentando que tenhamos, provavelmente, de arranjar um novo Deodoro para proclamar esta República.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem

do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 322/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando a concessão de bolsas de estudo a alunos do Ensino Especial e de Primeiro Grau, no ano de 1978. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 327/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Formosa, objetivando reparos em prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino e o Posto de Saúde local. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 334/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Bom Sucesso, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual Silveira Bueno, na sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 335/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Cruz Machado, objetivando reparos em prédios das Escolas: Antônio Pereira, São Sebastião, São Pedro, John Kennedy, 19 de Dezembro, Olavo Bilac e Poço Preto. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 336/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando execução de reparos no prédio do Quartel da Companhia Independente de Foz do Iguaçu, da P.M.E. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 337/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Itaúna do Sul, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino da sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 338/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de São Carlos do Ivaí, objetivando execução de reparos nos prédios do Ginásio Estadual Regente Feijó e da Unidade Sanitária local. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 339/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Uniflor, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Uniflor, da sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 350/77, que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o Município de Guapirama, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 351/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Sabáudia, objetivando execução de

obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 352/77, que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Departamento Nacional de Obras e Saneamento, objetivando execução de Projetos e Obras integrantes do Programa Especial de Controle da Erosão no Solo Urbano do Noroeste do Paraná. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 353/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Mamborê, objetivando execução de reparos nos prédios do Ginásio Estadual e do Grupo Escolar João XXIII, daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 354/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Alto Paraná, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Júlia Wanderley, na sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 355/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Cianorte, objetivando execução de reparos nos prédios dos Grupos Escolares Itacilina Bitencourt, Maria Montessori e Vicente Machado. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 356/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Ribeirão do Pinhal, objetivando reparos em prédios onde funcionam próprios estaduais na sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 358/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Francisco Beltrão, objetivando a execução de reparos nos prédios dos Grupos Escolares Reinaldo Sass e Cristo Rei, e da Escola de Primeiro Grau Eduardo Virmond Suplicy. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 359/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Mandirituba, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Joaquim de Oliveira Franco, na sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 362/77, que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Lobato, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 363/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e o Ministério da Aeronáutica, objetivando execução de obras de ampliação do aeroporto de Londrina. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 364/77, que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, e a Pre-

feitura Municipal de Cascavel, objetivando execução de serviços de pavimentação e obras complementares no aeroporto de Cascavel. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 365/77, que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Jaguapitã, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 366/77, que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Primeiro de Maio, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Ruy Barbosa. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 367/77, que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de União da Vitória, objetivando execução de obras de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino, da sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 368/77, que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Campo Mourão, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Luiziana, na sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 369/77, que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Ribeirão Claro, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino e a Delegacia de Polícia local. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 370/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Uraí, objetivando reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar e a Agência de Rendas, da sede daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 371/77, que aprova termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Guaraci, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 373/77, que aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Cascavel, objetivando execução de reparos nos prédios da Delegacia de Polícia, Grupo Escolar Francis Kennedy, Décimo Distrito Sanitário e Posto de Saúde local. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 374/77, que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de Mandaguari, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino local. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 375/77, que aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do

Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, e o Município de São Sebastião da Amoreira, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar da Seção Bálamo, daquele município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 376/77, que aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Rancho Alegre, objetivando execução de obras de reparos nos prédios do Posto de Saúde, Ginásio Estadual Manoel Bandeira e da Delegacia de Polícia local. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 379/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Mandaguauçu, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido Município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 382/77, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Paissandu, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 383/77, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Pérola, objetivando a execução de obras de controle à erosão urbana, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 384/77, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Teixeira Soares, objetivando fornecimento de equipamentos à Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 385/77, que aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Nova América da Colina, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 386/77, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e da EMOPAR, com o Município de São João do Ivaí, objetivando construção de prédio para a Delegacia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 387/77, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 388/77, que aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Mariópolis, objetivando construção de prédio para a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 390/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de São Miguel do Iguaçu, visando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 391/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de São Jorge d'Oeste, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 392/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de Guairacá, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 393/77, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Indianópolis, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 394/77, que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Querência do Norte, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 395/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Universidade Federal do Paraná, através do Centro de Pesquisas Florestais C.P.F., do Setor de Ciências Agrárias, objetivando estabelecer diretrizes que especifica. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução número 396/77, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e a Caixa Econômica Federal, objetivando aplicação de recursos do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos - CSU, na construção de centros sociais urbanos tipo "B", nos Municípios de Toledo, São José dos Pinhais, Campo Mourão e Foz do Iguaçu. — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 179/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 146/77, encaminhando anteprojeto de lei no qual solicita autorização para contrair empréstimo ou obter financiamentos externos ou internos, dar garantia ou prestar fiança ou aval até o valor de Cr\$ 1.500.000.000,00 (um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por maioria. — APROVADO.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Para solicitar de V. Exa. que faça registrar a aprovação por maioria de votos.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência determina a anotação.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 12/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 08/77, ex-Proposição número 169/77, aprova o termo aditivo

ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Santa Isabel do Oeste, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 40/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 07/77, ex-Proposição número 168/77, aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o Município de Santa Fé, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública naquela comuna. Pareceres favoráveis da C.C.J., por maioria, da C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 255/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 25/77, ex-Proposição número 282/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Mariluz, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T. e C.P., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 377/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 119/77, ex-Proposição número 524/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Araruna, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de verbas e cotações que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 378/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 122/77, ex-Proposição número 528/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e da Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR, com o Município de Marilena, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública local. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 380/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 121/77, ex-Proposição número 532/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Marmeleiro, objetivando construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO, artigo por artigo.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 203/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 54/74, ex-Proposição número 178/74, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Doutor Camargo e Sertaneja, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias locais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 331/77, de

autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 26/77, ex-Proposição número 270/77, aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Califórnia, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P., por unanimidade. — APROVADO.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Tnomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Maria Pinto, funcionário aposentado da cidade de Apucarana. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramela, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Luiza Hobi, ocorrido em União da Vitória. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos de resolução. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação Paulista de Medicina, pela sugestão ao INPS de mudança no sistema de pagamentos de contas médico-hospitais. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário das Finanças, consubstanciado em pedido de informações referente a irregularidades cometidas por funcionário, lotado na Agência de Rendas de Itapejara d'Oeste. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Tnomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações referente à obra viária ligando a BR-277 à Fábrica de Cimento Itambé. — APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 6, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente. Levanta-se a sessão.

DECRETO LEGISLATIVO:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 03/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

Art. 1º — O Departamento de Finanças, com base no documento "Liberação de Cotas de Despesas - LCD", emitirá um cronograma de desembolso, mediante cotas globais nos elementos de despesas do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado para o corrente exercício.

§ 1º — As cotas globais serão levadas a crédito das dotações e os empenhos de despesas obedecerão os limites dos recursos programados.

§ 2º — A Contadoria Geral manterá controles dos subelementos em fichas analíticas com lançamentos cumulativos, em conformidade com a padronização mantida pelo Poder Executivo, através da Coordenadoria de Orçamento e Programação, ressalvados os créditos e disposições mantidas por este Decreto.

Art. 2º — Para efeitos do disposto na Lei número 6639/74,

os subelementos abaixo discriminados terão as seguintes dotações:

3.0.0.0 — DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 — DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.1.0 — PESSOAL

3.1.1.1 — PESSOAL CIVIL

01 — VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

01 — Subsídios 5.500.000

02 — DESPESAS VARIÁVEIS

01 — Subsídios Variáveis dos Deputados 10.670.000

06 — Ajuda de Custo 2.100.000

Art. 3º — No orçamento da Assembléia Legislativa para o exercício de 1978, serão alocados créditos nos elementos e subelementos abaixo discriminados os quais terão as seguintes destinações e dotações:

SERVIÇOS DE TERCEIROS — 3.1.3.0

02 — Passagens, Transporte de Pessoal e de suas bagagens:

a — Presidência 84.500

b — 1a. Secretaria 84.500

c — 2a. Secretaria 76.100

d — 1a. Vice-Presidência 50.700

e — 2a. Vice-Presidência 33.800

f — 3a. Secretaria 33.800

g — 4a. Secretaria 33.800

h — Liderança da ARENA 33.800

i — Liderança do MDB 33.800

j — Liderança do Governo 33.800

m — Administração ALEP 120.000 618.600

13 — SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

a — Presidência 26.000

b — 1a. Secretaria 26.000

c — 2a. Secretaria 20.300

m — Administração ALEP 90.000 162.300

20 — PUBLICAÇÃO E PROPAGANDA

a — Presidência 117.000

b — 1a. Secretaria 117.000

c — 2a. Secretaria 101.400

d — Administração ALEP 100.000 435.400

1.216.300

ENCARGOS DIVERSOS — 3.1.4.0

03 — Representações, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens:

a — Presidência 169.000

b — 1a. Secretaria 169.000

c — 2a. Secretaria 143.000

d — 1a. Vice-Presidência 50.700

e — 2a. Vice-Presidência 33.800

f — 3a. Secretaria 33.800

g — 4a. Secretaria 33.800

h — Liderança da ARENA 33.800

i — Liderança do MDB 33.800

j — Liderança do Governo 33.800

m — Administração da ALEP 270.000 1.004.500

SUBVENÇÕES SOCIAIS — 3.2.1.0

5.1. — INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS E CULTURAIS

a — Presidência 101.400

b — 1a. Secretaria 101.400

c — 2a. Secretaria 84.500 287.300

5.2 — INSTITUIÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

a — Presidência 67.600

b — 1a. Secretaria 67.600

c — 2a. Secretaria 61.100 196.300

5.3 — INSTITUIÇÕES DE SAÚDE PÚBLICA

a — Presidência 67.600

b — 1a. Secretaria 67.600

c — 2a. Secretaria 61.000 196.300

6.1 — ASSISTÊNCIA SOCIAL

a — Presidência	101.400	
b — 1a. Secretaria	101.400	
c — 2a. Secretaria	84.500	
d — 1a. Vice-Presidência	39.000	
e — 2a. Vice-Presidência	26.000	
f — 3a. Secretaria	26.000	
g — 4a. Secretaria	26.000	
h — Liderança da ARENA	26.000	
i — Liderança do MDB	26.000	
j — Liderança do Governo	26.000	
l — Administração - l		
Deputados	10.530.000	11.012.300

6.4 — BOLSA DE ESTUDOS

l — Administração - Deputados.	547.560	547.560
		12.239.760

§ 1o. — Caberá aos Titulares dos Gabinetes, dotados neste Artigo, determinar os pagamentos, diretamente ao Departamento de Finanças, ficando, contudo, responsáveis pelos mesmos.

§ 2o. — Aos Deputados é assegurado o direito de requerer ao Primeiro Secretário, até os montantes abaixo discriminados, os quais correrão a conta da dotação da "Administração - Deputados (I)".

a — Assistência Social	195.000	
b — Bolsa de Estudos	10.140	205.140

§ 3o. — Fica o Deputado responsável pelas despesas requeridas a conta dos montantes a ele assegurados.

§ 4o. — Só serão registrados os processos que estiverem em condições de contabilização no Departamento de Finanças até o dia 15 de dezembro de 1978.

§ 5o. — Os saldos dos créditos assegurados neste artigo, reverterão a conta da "Administração - ALEP (m)" e posteriormente estornados a conta da dotação original.

Art. 4o. — Os créditos dos Deputados para atender a Assistência Social serão controlados pela Coordenadoria de Execução de Assistência Social.

§ 1o. — Os empenhos relativos a Assistência Social, assegurados aos Deputados obedecerão a legislação de adiantamentos, englobando-se para este efeito as parcelas liberadas no exercício.

§ 2o. — O Coordenador de Execução de Auxílios Sociais terá incumbência de processar os auxílios, atendendo determinação do Deputado e autorização do Primeiro Secretário, de acordo com o disposto na Resolução número 19/69.

§ 4o. — Após o encerramento, a Coordenadoria montará processos de prestação de contas, individualizando cada Deputado, enviando à Comissão de Tomada de Contas, que aprovando-os, determinará o recolhimento dos saldos à conta especial para devolução ao Tesoureiro Geral do Estado, autorizando a baixa de responsabilidade de Contabilidade.

Art. 5o. — Os créditos dos Deputados para atender Bolsas de Estudos serão controlados pela Coordenadoria de Execução de Assistência Social.

§ 1o. — Será feito um adiantamento a encargo da Coordenadoria de Execução de Assistência Social, a qual a requerimento de Deputado, a autorização do Primeiro Secretário providenciará o processamento.

§ 2o. — Para serem concedidas as bolsas de estudos deverão preencher os seguintes requisitos:

- para as entidades em pleno funcionamento.
- importância máxima de Cr\$ 1.690,00 (hum mil, seiscentos e noventa cruzeiros) por beneficiado, podendo atender parte da anuidade.
- o beneficiário deverá ter necessidade de ajuda, comprovado em processo ou atestado pelo Deputado.
- para concessão de nova bolsa o beneficiário deverá comprovar o aproveitamento da anterior.

§ 3o. — Os pagamentos serão feitos através de ordem de crédito bancário aos estabelecimentos de ensino, sendo providenciado pela Coordenadoria um atestado de crédito feito, o

qual deverá ser entregue ao Deputado.

§ 4o. — As bolsas de estudos deverão ser destinados até o dia 31 de agosto de 1978.

§ 5o. — Após o encerramento do prazo do parágrafo anterior a Coordenadoria providenciará uma prestação de contas à Comissão de Tomada de Contas, que aprovado determinará baixa de responsabilidade e recolhimento do saldo, se houver.

Art. 6o. — O pagamento de todos os auxílios ou subvenções, ressalvados os de Assistência Social que atenderá disposições do Art. 4o. deste Decreto e Resolução número 19/69, serão pagos através de ordens de crédito, ficando a Tesouraria responsável pela emissão de atestado de crédito que será entregue ao Titular do crédito ou Deputado requerente ou ainda autoridade ordenadora.

Parágrafo único — A entidade beneficiada com auxílio ou subvenção, para serem aquinhoadas no exercício seguinte deverão prestar contas à Comissão de Tomada de Contas de acordo com o disposto na Resolução número 19/69.

Art. 7o. — Para efeitos de padronização e interpretação, as rubricas desdobradas analiticamente deste Decreto, atenderão além do disposto no § 2o. do Art. 1o., respectivamente, as seguintes despesas:

I — 3.1.3.1.02 — Passagens, Transportes de Pessoas e de suas bagagens: — transportes de pessoas e de suas bagagens, bem como, as despesas de combustíveis e lubrificantes com carros oficiais quando em viagem ao interior, conforme consta determinação em Ordem Interna de Serviço da Comissão Executiva de 14 de março de 1973.

II — 3.1.3.0.14 — Serviços de Alimentação: — fornecimento de alimentos e refeições avulsas a funcionários e visitantes;

III — 3.1.3.0.21 — Publicação e Propaganda: — decorrentes de publicação, propaganda junto a jornais, revistas etc.;

IV — 3.1.4.0.03 — Representações, Festividades, Recepções, Hospedagens e Homenagens: — representações, festividades, hospedagens oferecidas pela Assembléia Legislativa e Deputados a visitantes, bem como, despesas com presentes em função representativa dos Deputados;

V — 3.2.1.5.1 — Instituições Educativas e Culturais: — com auxílio ou contribuição a instituições que colaborem com o erguimento da educação e cultura do povo;

VI — 3.2.1.5.2 — Instituições de Assistência Social: — com auxílio ou contribuição a instituições de caráter filantrópico que visarem e objetivem a assistência social;

VII — 3.2.1.5.3 — Instituições de Saúde Pública: — com auxílio ou contribuição a instituições que colaborem direta ou indiretamente para melhorarem as condições de saúde e higiene do povo;

VIII — 3.2.1.6.1 — Assistência Social: — com a concessão de auxílios materiais às pessoas pobres, pagamento de instrução a operários, a filhos de operários, assistência farmacêutica, odontológica, médica e indigentes, fornecimentos de transportes a necessitados e desajustados, bem como, as previstas na Resolução número 19/69 e Decreto Legislativo número 584/77;

IX — 3.2.1.6.5 — Bolsas de Estudos: — para concessão de bolsas de estudos conforme regulamentação deste Decreto. Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05 de janeiro de 1978.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o Secretário
JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 04/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 12267, de 06 de dezembro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar pagar a MIQUELINA ZARUTZKI, mãe do ex-funcionário aposentado deste Poder, JUVENAL ZARUTZKI, falecido no

dia 03 de dezembro de 1977, a título de auxílio funeral, nos termos do Art. 205, e § 2o., da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970, a importância correspondente a um (01) mês de remuneração ou provento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 05/01/78.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1o. — Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2o. Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 05/78

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 12376, de 08 de dezembro de 1977, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar pagar, nos termos do Art. 196, inciso I, da Lei número

6174, de 16 de novembro de 1970, a SYLVIO NEVES DA ROCHA, exercendo o cargo de assessor de Gabinete, provido em Comissão, no cargo de símbolo 3-C, com lotação no Gabinete do Deputado Fuad Nacli, as quotas de salário-família correspondente aos seus dependentes: MARIA CECÍLIA NEVES DA ROCHA (esposa) e MIRIAM MARIA NEVES DA ROCHA, PAULO CELSO NEVES DA ROCHA e HELOISA MARIA NEVES DA ROCHA (filhos), a partir de 30 de junho de 1976.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 06/01/78.

(aa— IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1o. Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2o. Secretário